

II.6.3.18 IDENTIFICAÇÃO DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

De acordo com o Decreto Nº 6.040 de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, Povos e Comunidades Tradicionais são:

“Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição”.

A partir desta definição e das orientações do TR 08/2014 são apresentadas as principais características dos povos e comunidades tradicionais presentes na área de estudo. Atenção especial é dada aos povos indígenas, quilombolas, povos e comunidades de matriz africana e comunidades costeiras, embora as comunidades pesqueiras e extrativistas são caracterizadas nos capítulos II. 6.3.10 a II.6.3.14 deste diagnóstico. Também são apresentadas as políticas públicas disponíveis que podem ser acessadas ou não por estes grupos.

A POVOS E COMUNIDADES INDÍGENAS

A Constituição Federal Brasileira trata de forma destacada a temática indígena, apresentando no parágrafo 1º do Art. 231 o conceito de terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, definidas como sendo: aquelas "por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições".

Nos termos da legislação vigente (CF/1988, Lei nº 6001/73 - Estatuto do Índio, e Decreto nº 1775/96 - Lei de Terras Indígenas), as terras indígenas podem ser classificadas em quatro modalidades (FUNAI, 2014):

- **Terras Indígenas Tradicionalmente Ocupadas:** são as terras de direito originário dos povos indígenas, cujo processo de demarcação é disciplinado pelo Decreto nº 1.775/96;
- **Reservas Indígenas:** são terras doadas por terceiros, adquiridas ou desapropriadas pela União, que se destinam à posse permanente dos povos indígenas;
- **Terras Dominiais:** são as terras de propriedade das comunidades indígenas, havidas por qualquer das formas de aquisição do domínio, nos termos da legislação civil;
- **Interditadas:** são áreas interditadas pela FUNAI para proteção dos povos e grupos indígenas isolados, com o estabelecimento de restrição de ingresso e trânsito de terceiros. A interdição da área pode ser realizada concomitantemente ou não ao processo de demarcação.

O Censo Demográfico de 2010 revelou que em 80,5% dos municípios brasileiros residia pelo menos um indígena autodeclarado. Esse espalhamento da população indígena foi mais significativo na Região Nordeste, resultado do aprimoramento da investigação desse contingente populacional, introduzindo as noções de pertencimento étnico, língua falada e localização geográfica. Com isso foi possível obter o conhecimento da grande diversidade indígena existente no Brasil, compreendendo as seguintes variáveis: **(i)** povos indígenas residentes em seus territórios; **(ii)** indígenas urbanizados com pertencimento étnico a povos indígenas

específicos, e; (iii) pessoas que se classificaram genericamente como indígenas, mas que não possuem identificação com etnias específicas (IBGE, 2012).

Tendo por base esses critérios, a TABELA II.6.3.18.1 apresenta a distribuição da população indígena identificada nos municípios na área de estudo, de acordo com dados do IBGE. Observa-se que o município de Itarema no Ceará destaca-se com a concentração de 2.258 habitantes declarados como indígenas, correspondendo a 6,03% da população total do município. Seguido de Belém/PA, com 1.893 indígenas e São Luís/MA, com 1.875 indígenas.

TABELA II.6.3.18.1 - População indígena residente nos municípios da área de estudo em 2010

ESTADO	MUNICÍPIO	POPULAÇÃO TOTAL	POPULAÇÃO INDÍGENA	%
Ceará	Fortim	14.817	-	-
	Itarema	37.471	2.258	6,03%
	Acaraú	57.551	193	0,34%
	Camocim	60.158	33	0,05%
Piauí	Luis Correia	28.406	19	0,07%
	Parnaíba	145.705	244	0,17%
Maranhão	Alcântara	21.851	32	0,15%
	Apicum-Açu	14.959	2	0,01%
	Axixá	11.407	2	0,02%
	Bacabeira	14.925	4	0,03%
	Bacuri	16.604	6	0,04%
	Bacurituba	5.293	-	
	Barreirinhas	54.930	15	0,03%
	Bequimão	20.344	-	
	Cândido Mendes	18.505	6	0,03%
	Carutapera	22.006	109	0,50%
	Cajapió	10.593	-	
	Cedral	10.297	11	0,11%
	Cururupu	32.652	53	0,16%
	Godofredo Viana	10.635	7	0,07%
	Guimarães	12.081	3	0,02%
	Humberto de Campos	26.189	13	0,05%
	Icatu	25.145	2	0,01%
	Luís Domingues	6.510	-	
	Paço do Lumiar	105.121	76	0,07%
	Paulino Neves	14.519	-	
Pinheiro	78.162	112	0,14%	
Porto Rico do Maranhão	6.030	2	0,03%	

ESTADO	MUNICÍPIO	POPULAÇÃO TOTAL	POPULAÇÃO INDÍGENA	%
	Primeira Cruz	13.954	-	-
	Raposa	26.327	19	0,07%
	Rosário	39.576	21	0,05%
	Santo Amaro do Maranhão	13.820	1	0,01%
	Serrano do Maranhão	10.940	-	-
	São José de Ribamar	163.045	196	0,12%
	São Luís	1.014.837	1.815	0,18%
	Turiação	33.933	16	0,05%
	Tutóia	52.788	19	0,04%
Pará	Augusto Corrêa	40.497	5	0,01%
	Belém	1.393.399	1.893	0,14%
	Bragança	113.227	42	0,04%
	Curuçá	34.294	11	0,03%
	Magalhães Barata	8.115	-	-
	Maracanã	28.376	21	0,07%
	Marapanim	26.605	6	0,02%
	Primavera	10.268	-	-
	Quatipuru	12.411	3	0,02%
	Salinópolis	37.421	45	0,12%
	Santarém Novo	6.141	-	-
	São Caetano de Odivelas	16.891	-	-
	São João da Ponta	5.265	4	0,08%
	São João de Pirabas	20.647	2	0,01%
	Soure	23.001	42	0,18%
	Tracuateua	27.455	1	0,00%
Vigia	47.889	9	0,02%	
Viseu	56.716	46	0,08%	

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010. (-) Informações não disponíveis na fonte de consulta.

Em relação à situação das terras ocupadas pelos indígenas, os dados disponibilizados pela FUNAI, identificam três territórios de direito originário dos povos indígenas nos limites da área de estudo, ou seja, Terras Indígenas Tradicionalmente Ocupadas conforme previsto pelo art. 231 da Constituição Federal de 1988. Todas as Terras Indígenas situadas nos limites da área de estudo pertencem à etnia Tremembé e estão localizadas no estado do Ceará, nos municípios de Itarema e Acaraú, a saber: Córrego João Pereira, Tremembé de Queimadas e Tremembé de Almofala (TABELA II.6.3.18.2).

TABELA II.6.3.18.2 – Terras indígenas Tremembé localizadas nos municípios cearenses da área de estudo

TERRA INDÍGENA	DETALHAMENTO
Córrego João Pereira	<p><u>Localização geográfica</u>: compreende os distritos de Capim-Açu, São José e Telhas, em Itarema (CE).</p> <p><u>Área (ha)</u>: 31.623.901.</p> <p><u>Modalidade</u>: Tradicionalmente ocupada.</p> <p><u>Situação/Ano</u>: Regularizada em 2003.</p> <p><u>Entidade representativa</u>: Sociedade Indígena Tremembé Córrego João Pereira – SITCJP.</p>
Tremembé de Queimadas	<p><u>Localização geográfica</u>: situada às margens do Perímetro do Baixo Acaraú, a 34 km do centro de Acaraú.</p> <p><u>Área (ha)</u>: 7.670.000.</p> <p><u>Modalidade</u>: Tradicionalmente ocupada.</p> <p><u>Situação/Ano</u>: Declarada em 2013.</p> <p><u>Entidade representativa</u>: Associação Missão Tremembé.</p>
Tremembé de Almofala	<p><u>Localização geográfica</u>: localizada no município de Itarema.</p> <p><u>Área (ha)</u>: 4.900.000</p> <p><u>Modalidade</u>: Tradicionalmente ocupada.</p> <p><u>Situação/Ano</u>: Delimitada em 2011.</p> <p><u>Entidade representativa</u>: Associação Missão Tremembé.</p>

Fonte: FUNAI (2014).

As políticas públicas voltadas para povos indígenas se articulavam através da FUNAI, que exercia um papel de gestor exclusivo da formulação e execução das ações e programas que interessam ou contemplam povos e terras indígenas. No entanto, após 1991 a formulação de políticas públicas para povos indígenas deslocou-se para responsabilidade, também, dos ministérios, fundações e secretarias subordinadas ao Poder Executivo Federal. Destaca-se que, em muitos casos, instituições da sociedade civil organizada (ONGs e associações indígenas) também participam da formulação de políticas públicas acessadas por povos indígenas.

É possível identificar diversos planos e programas voltados para a promoção e valorização dos povos indígenas, entretanto, em sua grande maioria, não foi possível identificar resultados de suas políticas. O mesmo ocorre com políticas públicas que contemplam não só povos indígenas, mas outros povos e comunidades como o Programa Bolsa Família, que não apresenta resultados de acordo com os povos assistidos pelo programa.

Os Pontos de Cultura, ação prioritária do Programa Cultura Viva, destinam-se à disseminação de iniciativas culturais de povos indígenas e suas comunidades. Em 2014, foi criada a Lei nº 13.018, que instituiu a Política

Nacional de Cultura Viva tendo como um de seus objetivos, potencializar iniciativas culturais, ampliando o acesso da população aos meios de produção cultural.

Em 2012, foram implementados 79 novos Pontos de Cultura Indígena nas cinco regiões do país, totalizando 109 pontos com metodologia específica para a cultura indígena.

A TABELA II.6.3.18.3 apresenta o detalhamento das iniciativas governamentais acessadas pelas populações indígenas.

TABELA II.6.3.18.3 – Políticas públicas acessadas por povos indígenas

PLANOS E PROGRAMAS	DESCRIÇÃO	RESULTADOS
Programa Bolsa Família	Programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza. O valor repassado depende do tamanho da família, da idade dos seus membros e de sua renda. Há benefícios específicos para famílias com crianças, jovens até 17 anos, gestantes e mães que amamentam. As etapas de cadastramento e recebimento/ saque dos benefícios são acompanhadas pela FUNAI.	Em 2011 foram transferidos cerca de R\$ 9,7 mil para beneficiários indígenas do programa Bolsa Família (MDS, 2011).
Carteira de Projetos Fome Zero e Desenvolvimento Sustentável em Comunidades Indígenas	Coordenada pelo MMA em parceria com o MDS, apoia projetos que associem autossustentação à revitalização de práticas e saberes tradicionais, sobretudo os que focalizam a produção de alimentos, o agro extrativismo e a produção de artesanato.	Para 2015, foi previsto o investimento de R\$ 2,4 milhões em consultoria sobre técnicas gerenciais para ampliar a participação de agricultores familiares e povos e comunidades tradicionais no mercado (MMA, 2015).
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)	Política pública destinada a apoiar agricultores familiares, pescadores artesanais, extrativistas, indígenas etc., fortalecendo as atividades produtivas geradoras de renda das unidades familiares de produção, com linhas de financiamento rural adequadas à sua realidade. A execução possui a parceria dos governos estaduais e municipais, organizações governamentais e não governamentais de assistência técnica e extensão rural, cooperativas de crédito e de produção, agentes financeiros e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE).	Não foi possível identificar os resultados do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) para os Povos e Comunidades Indígenas.

PLANOS E PROGRAMAS	DESCRIÇÃO	RESULTADOS
<p>Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas</p>	<p>Integra a Política Nacional de Saúde, e prevê, dentre outras coisas, o direito das populações indígenas a um atendimento diferenciado pelo Sistema Único de Saúde (SUS), que respeite suas especificidades culturais. É um espaço étnico-cultural dinâmico, cujo território que delimita estes distritos respeita a distribuição geográfica, antropológica e de acesso aos serviços de saúde pelos povos indígenas.</p> <p>As Casas de Saúde do Índio, sob responsabilidade da FUNASA, também integram a rede de referência dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs), servindo para abrigar e cuidar dos pacientes e seus acompanhantes, durante períodos de tratamento em serviços de referência fora das aldeias.</p>	<p>O Subsistema de Saúde Indígena do Sistema Único de Saúde (SUS) está organizado em 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas – DSEI.</p> <p>Na região de estudo está presente o Núcleo nº 10 do Distrito Sanitário Especial Indígena, que compreende os municípios de Itarema e Acaraú, no estado do Ceará (DAB/SAÚDE, 2010).</p>
<p>Assistência técnica e extensão rural em áreas indígenas - Ater-Indígena</p>	<p>Essa iniciativa (desenvolvida pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário) tem como objetivo a promoção da segurança alimentar e o incentivo às atividades produtivas em comunidades indígenas, por intermédio de metodologias específicas que valorizem os elementos culturais, os aspectos ambientais e os alimentos tradicionais.</p>	<p>Em 2014, foi previsto o investimento de cerca de R\$ 40 milhões para a contratação dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) para atuação no Plano Brasil Sem Miséria (MDA, 2014).</p>
<p>Territórios da Cidadania</p>	<p>Através do Ministério do Desenvolvimento Social, o programa Territórios da Cidadania tem como objetivos promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável (MDS, 2015).</p>	<p><u>Não foi possível identificar os resultados para o plano/programa.</u></p>
<p>Pontos de Cultura Indígena – PCI</p>	<p>O Programa promove o estímulo às iniciativas culturais das comunidades indígenas. O Ponto de Cultura não tem um modelo único, nem de instalações físicas, nem de programação ou atividade. A adesão à rede de Pontos de Cultura é voluntária, realizada a partir de chamamento público, em editais lançados pelo Ministério da Cultura, pelos governos dos Estados ou pelas Prefeituras.</p>	<p>Em 2012, foram implementados 79 novos Pontos de Cultura Indígena, totalizando 109 pontos com metodologia específica para a cultura indígena (Ministério da Cultura, 2012).</p>

PLANOS E PROGRAMAS	DESCRIÇÃO	RESULTADOS
Programa de Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Interculturais Indígenas – PROLIND	O Prolind, através do Ministério da Educação, é um programa de apoio à formação superior de professores que atuam em escolas indígenas de educação básica. O objetivo é formar professores para a docência no ensino médio e nos anos finais do ensino fundamental das comunidades indígenas.	<u>Não foi possível identificar os resultados para o plano/programa.</u>
Ação de Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Específicos	Esta ação visa atender famílias que estão em situação de insegurança alimentar e nutricional. A SEPPIR, por meio da Secretaria de Políticas para Comunidades Tradicionais, é a responsável pela indicação das famílias. Os povos tradicionais de matriz africana são contemplados pela política desde 2005.	<u>Não foi possível identificar os resultados da Ação de Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Específicos para os Povos</u>

Fonte: SEPPIR (2014).

B COMUNIDADES QUILOMBOLAS

Conforme o Art. 2º do Decreto nº 4887/03, “*consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida*”.

A regularização fundiária das áreas remanescentes de quilombo é executada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA/ Ministério do Desenvolvimento Agrário), em parceria com os Institutos de Terras Estaduais, e em diálogo com a Fundação Cultural Palmares (FCP) e o Ministério Público. Cabe à Fundação Cultural Palmares (FCP) emitir uma certidão sobre a auto-definição das comunidades, obedecendo às normas específicas desse órgão (Portaria da FCP nº 98, de 26/11/2007). Neste processo, os territórios quilombolas são divididos em três categorias:

- **Comunidades quilombolas identificadas:** são aquelas que se reconhecem como remanescentes de quilombos, que estão ou não em processo de regularização fundiária;
- **Comunidades quilombolas certificadas:** são aquelas que obtiveram a certidão pela FCP;
- **Comunidades quilombolas tituladas:** são aquelas que obtiveram o título de propriedade junto ao INCRA.

Os remanescentes das comunidades dos quilombos atualmente conformam um universo estimado em mais de 3.000 comunidades quilombolas no Brasil, sendo 1.654 apenas no estado do Maranhão, o estado com o maior número de comunidades quilombolas registradas no Brasil. Em 2012, foram certificadas 2.040 comunidades quilombolas, das quais 63% delas estão localizadas no Nordeste do país (SEPPIR, 2013).

Para o levantamento de informações sobre comunidades quilombolas privilegiou-se a apresentação de informações oficiais e disponíveis no banco de dados da Fundação Cultural Palmares. A TABELA

II.6.3.18.4 apresenta a distribuição das comunidades quilombolas na área de estudo do empreendimento. Há somente duas comunidades remanescentes de quilombos que obtiveram titulação junto ao INCRA: Bom Jesus dos Pretos e Santa Izabel, localizadas no município de Cândido Mendes, no Maranhão.

Por apresentar uma dinâmica populacional diferenciada dos outros municípios com mais de 80% de sua população descendente de quilombolas, Alcântara, no Maranhão, será descrito a seguir no **item 2.1** com a identificação de comunidades quilombolas presentes e certificadas neste município.

TABELA II.6.3.18.4 – Comunidades quilombolas presentes nos municípios da área de estudo

Município	Comunidades Identificadas		Comunidades Certificadas		Comunidades Tituladas	Total
CEARÁ						
Acaraú			Córrego do Iú			1
MARANHÃO						
Axixá	Burgos	Ribeirão	Muni Mirim			9
	Centro	Santa Maria				
	Grande	Santa Rosa				
	Iguaperiba	São Pascal				
Bacurituba			Beira da Costa	Serejo		6
			Chapada do Boqueirão	Tucum		
			Prazeres			
			Santa Maria			
Bacuri			Bituia			1
Barreirinhas	Santa Cruz	Santa Cruz II	Cantinho			
	Santa Rita	Cabeceira do Centro	Santo Antonio			
Bequimão			Ariquipá	Pericumã		10
			Conceição	Ramal de Quindíua		
			Juraraitá	Rio Grande		
			Mafra	Santa Rita		
			Marajá	Sibéria		
Humberto de Campos	Cachoeira	Jatobá II				3
	Jatobá I					
Cândido Mendes			Santa Cruz (antiga Santa Rita)		Santa Izabel Bom Jesus dos Pretos	3
Cedral	Anaia	Japão	Canavial	Maranhão Novo		8
	Itajubá	São Sebastião	Engole	Santo Antonio		
Cururupu	Baiacuí	Monte Alegre	Aliança	Entre Rios		15
	Belo Horizonte	Santo Antonio dos Caboclos	Alto Brasil	Fortaleza		
	Curral Grande		Boa Vista	Oitero/ Rumo		
			Ceará	Santa Joana		
		Condurus	Santa Rita			
Apicum-Açu	Alto Alegre	Lago				4
	Fazenda	Povoado Itererê				
Guimarães	Genipapo	Bela Alegria	Baiacu	Povoado de Guarimanduiá		19

Município	Comunidades Identificadas		Comunidades Certificadas			Comunidades Tituladas	Total
	Guarimandui	Jutaizal	Cumum	Santa Rita dos Cardosos			
	Itapecuru	Santa Luzia	Damásio	São Benedito do Caratitua			
	Jesus de Nazaré	São Vicente	Macajubal	São José dos Pretos			
		Sumidouro	Porto das Cebeceiras				
			Porto de Baixo				
Icatu			Boca da Mata	Região de			11
			Bom Sucesso	Santa Maria			
			Jacareí	Santo Antonio dos Caboclos			
			Papagaio	União dos Moradores do Povoado de Retiro			
			Povoado Ananás				
			Povoado Boca da Mata Fazenda				
Pinheiro			Alto dos Pretos	Queimada de João			10
			Boa Vista	Santana dos Pretos			
			Espírito Santo	Cuba			
			Lacral	Sudário			
			Oiteiro	Aldeia Velha			
Porto Rico do Maranhão	Cumaru	São José Fogo	Engenho do Lago	Sumaúma			6
	Remanso	São Simão					
Primeira Cruz			Santo Antonio dos Pretos				1
Rosário	Humaitá de Cima	Nimbuacu de Baixo	Boa Vista	Povoado de Paissandu e Reforma			10
	Miranda	Piranga	Iguaraçu	São Miguel			
		Sítio Velho	Miranda				
São José do Ribamar			Jussatuba				1
Serrano do Maranhão			Açude	Nazaré			25
			Bacabal do Paraíso	Rio do Peixe			
			Boa Esperança dos Campos	Rosário			
			Boa Esperança II	Santa Filomena			
			Brasília	Santa Rosa			
			Cabanil	Santo Antônio			
			Cedro	Vera Cruz			
			Frechal dos Campos	Vista Alegre			
			Iteno	Campinho			
			Mariano dos Campos	Deus Bem Sabe			

Município	Comunidades Identificadas		Comunidades Certificadas			Comunidades Tituladas	Total
			Palacete	Luciana			
			Ponta	Malungos de Olho D'Água			
				Paxibal			
Turiaçu	Cutia	Rafael	Campinho	Estrela Divina			8
	Oitero	São José do Posto	Capoeira de Gado	São José do Brito Mutá			
PARÁ							
Belém			Sucurijuquara (Mosqueiro)				1
Tracuateua			Cigano	Jurussaca			2
Viseu	Cajueiro		Paca e Aningal	Vila Mariana			3

Fonte: Fundação Cultural Palmares (2014)

O município de Alcântara se destaca como um dos polos de cultura africana, segundo a Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, 85% dos habitantes deste município são descendentes de quilombolas (CPISP, 2014). Articulados com diversas instituições e movimentos sociais, os quilombolas de Alcântara lutam por seus direitos com o apoio de diversas organizações, como a Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Maranhão, a Sociedade Maranhense de Direitos Humanos e o Ministério Público Federal. Comparativamente, as comunidades quilombolas localizadas em Alcântara corresponde a 61% das comunidades quilombolas identificadas em toda a área de estudo.

A TABELA II.6.3.18.5 apresenta as comunidades remanescentes de quilombos distribuídas no município de acordo com a situação cadastral junto à Fundação Cultural Palmares.

TABELA II.6.3.18.5 – Comunidades Quilombolas de Alcântara por situação cadastral – Certificadas e Identificadas

COMUNIDADES CERTIFICADAS				
Águas Belas	Capijuba	Janã	Pavão	São Benedito I
Apicum Grande	Capim Açu	Jarucaia	Peri Açu	São Benedito III
Arenhengaua	Capoteiro	Jordoa	Perizinho	São Benedito III
Bacanga	Caratatiua	Ladeira II	Peroba de Baixo	São Francisco I
Bacurijuba (Bacurijuba)	Castelo	Lago	Peroba de Cima	São Francisco II
Baixa Grande I	Cavem II	Macajubal I	Piquia	São João de Cortes
Baixa Grande II	Centro da Eulália	Macajubal II	Ponta D'Areia	São José
Baixo do Grilo	Conceição	Mãe Eugênia	Porto da Cinza	São Lourenço
Baracatatiua	Coqueiro	Mamona I	Porto de Baixo (Praia de Baixo)	São Maurício
Barreiros	Corre Fresco	Mamona II	Porto de Cabloco	São Paulo
Bebedouro	Cujupe I	Mangueiral	Porto do Boi I	São Raimundo II
Bejú- Açu	Cujupe II	Manival	Praia de Baixo	São Raimundo III
Belém	Curuçá I	Maracati	Prainha	Segurado
Boa Vista I	Engenho I	Maria preta	Primirim	Tacua I
Boa Vista II	Esperança	Marinheiro	Quiriritiua	Tapicuem

COMUNIDADES CERTIFICADAS

				(Itapecuem)
Boa Vista III	Florida	Marmorana	Raposa	Tapuio
Boca do Rio	Fora Cativoiro	Mato Grosso	Rasgado	Tatuoca
Bom de Viver	Guanda I	Murari	Retiro	Taturoca
Bom Jardim	Guanda II	Mutiti	Rio Grande I	Terra Mole
Bordão	Iguaiba	Nova Espera	Rio Grande II	Terra Nova
Brito I	Ilha da Camboa	Nova Ponta Seca	Rio Verde	Timbotuba
Caçador	Ilha do Cajual	Novo Cajueiro	Salina	Tiquaras II
Caicaua I	Iririzal	Novo Maruda	Samucangaua	Traiano
Caicauia II	Iscoito	Novo Peital (Pepital)	Santa Bárbara	Trapucara
Cajapari	Itamatatiua	Novo Peru	Santa Helena	Traquai
Cajatiua	Itaperai	Novo Só Assim	Santa Luzia	Vai com Deus
Cajiba	Itapiranga	Oitua	Santa Maria	Vila Itaperai
Cajueiro II	Itapuaua	Pacatiua	Santa Rita I	Vila Maranhense
Camirim	Itauaú	Pacuri	Santa Rita II	Vila Nova I (Vila do Meio)
Canavieira	Jacaré I	Palmeiras	Santana dos Cablocos	Vila Nova II
Canelatiua	Jacroa	Paquativa	Santo Inácio	Vista Alegre

COMUNIDADES IDENTIFICADAS

Água Preta de Cima	Centro de Vovô	Forguila	Maruda	Pepital
Baiacuana	Centro do Banana	Goiabal	Matinha	Peru
Boca de Salina	Centro do Goiabal	Itapera	Mocajituba III	Ponta Seca
Cajapari	Codó	Macacos	Muricizal	Porto do Meio
Cajuiba	Esteio	Mamuna	Nova Belém	Porto Novo
Centro Alegre	Folhal	Mamunilha	Paraíso	Raimundo Sul

Fonte: FCP (2014)

Em relação às políticas públicas acessadas por esse grupo, destaca-se que todas ocorrem no âmbito do Programa Brasil Quilombola - PBQ, coordenado pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPPIR. O Programa foi lançado em março de 2004 com o objetivo de consolidar os marcos da política de Estado para as áreas quilombolas (SEPPPIR, 2014).

A Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, por meio do Programa Brasil Quilombola, disponibiliza os polígonos de terras quilombolas já delimitadas. Foram identificadas três comunidades na área de estudo, no estado do Maranhão. A FIGURA II.6.3.18.1 apresenta os polígonos das terras já delimitadas que existem na área de estudo. Diferente do Mapa II.6.3.18.1, apresentado ao final deste capítulo que apresenta a indicação de todos os municípios da área de estudo que possuem comunidades quilombolas, independente do processo de regulamentação de suas terras.

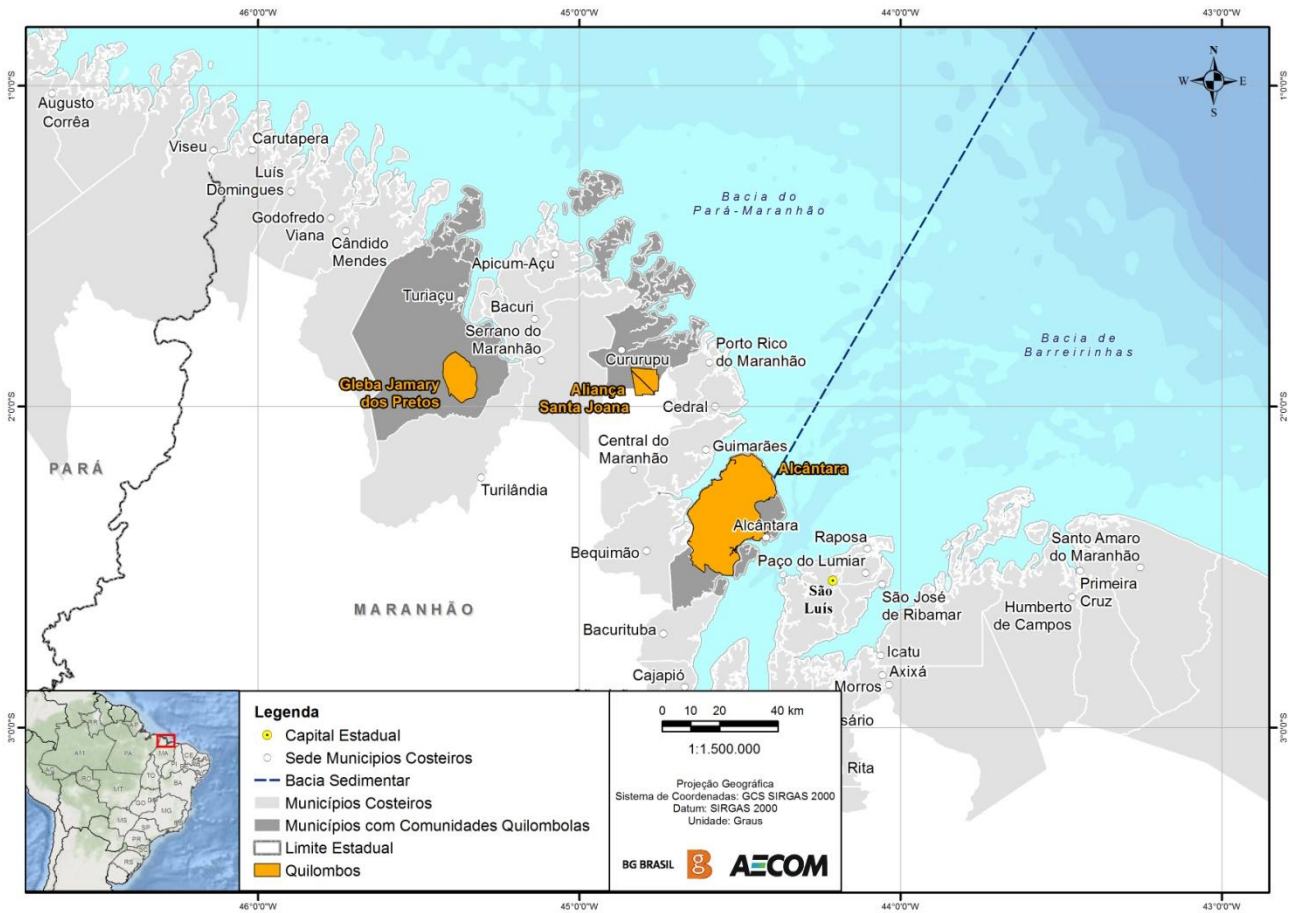


FIGURA II.6.3.18.1 – Polígonos das comunidades quilombolas delimitadas na área de estudo
Fonte: SEPPIR (2015)

O Programa Brasil Quilombola envolve 23 ministérios e órgãos federais e possui quatro eixos temáticos: **(i)** Acesso a terra; **(ii)** Infraestrutura e qualidade de vida; **(iii)** Inclusão produtiva e desenvolvimento local; e **(iv)** Direitos e cidadania. A TABELA II.6.3.18.6 apresenta o detalhamento do conjunto de ações integrantes do PBQ e os resultados daí decorrentes.

TABELA II.6.3.18.6 – Políticas públicas acessadas pelas comunidades quilombolas

PLANOS E PROGRAMAS	DESCRIÇÃO	RESULTADOS
Programa de Aceleração do Crescimento – PAC	Por meio da Fundação Nacional de Saúde - FUNASA, autarquia vinculada ao Ministério da Saúde (MS) e responsável pelas ações e programas de saneamento, as políticas do PAC priorizaram ações de saneamento para as comunidades quilombolas.	No período 2004 a 2010, foram contempladas 421 comunidades, com 42.481 famílias beneficiadas.

PLANOS E PROGRAMAS	DESCRIÇÃO	RESULTADOS
Programa Bolsa Família	Programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza. O benefício é emitido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), preferencialmente, em nome da mulher chefe do arranjo familiar. O valor repassado depende do tamanho da família, da idade dos seus membros e de sua renda. Há benefícios específicos para famílias com crianças, jovens até 17 anos, gestantes e mães que amamentam.	No ano de 2014, 93 mil famílias Quilombolas foram contempladas com o Programa Bolsa Família.
Água para Todos	O Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Água – “Água Para Todos”, instituído pelo Decreto nº 7.535/2011, tem como objetivo atender as comunidades quilombolas do semiárido com implantação de sistemas de abastecimento de água. Os órgãos executores do Programa são o Ministério da Integração Nacional (MI), o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), o Ministério do Meio Ambiente (MMA), a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), o Banco do Nordeste (BNB), a Fundação Banco do Brasil (FBB), o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).	Em 2012, foram priorizadas ações em 123 comunidades quilombolas.
Minha Casa, Minha Vida.	O Programa do Governo Federal tem como objetivo ampliar o acesso das comunidades aos projetos habitacionais.	Em 2012, foram protocolados 69 projetos de novos empreendimentos, para a construção de mais 2.049 Unidades Habitacionais – UH, com previsão de investimento de R\$ 50,3 milhões.
Luz para Todos	O Programa, coordenado pelo Ministério de Minas e Energia, tem por objetivo utilizar a energia como vetor de desenvolvimento social e econômico das comunidades, contribuindo para a redução da pobreza e aumento da renda familiar.	Em 2012, o Programa atingiu 26.345 domicílios em comunidades quilombolas

PLANOS E PROGRAMAS	DESCRIÇÃO	RESULTADOS
Políticas de Saúde	A Portaria nº 90/GM/MS, publicada em 2008 pelo Ministério da Saúde, atualiza as bases de repasse de recursos financeiros federais junto aos municípios que implantam equipes de Saúde da Família e equipe de Saúde Bucal para atuar nas comunidades quilombolas.	O Programa Mais Médicos, instituído pela Lei n.12.871/2013 é uma Política de Saúde prevista para comunidades quilombolas. Dos 14.462 médicos contratados pelo Projeto Mais Médicos(PMM) nas cinco primeiras etapas,390 foram alocados em 801 municípios com presença de comunidades quilombolas, ou seja, aproximadamente 23% das contratações (Pereira <i>et al.</i> , 2015).
Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	O Governo Federal, por meio do Programa de Alimentação Escolar, estabeleceu uma política de incentivo aos municípios que em sua linha de ação priorizaram as comunidades quilombolas.	No ano de 2011, foram atendidos 208.409 alunos quilombolas, computando o repasse de R\$ 25 milhões.
Programa Nacional de Educação no Campo (Pronacampo)	O Programa do Governo Federal tem como objetivo assegurar a melhoria da formação dos professores, produção de material didático específico, acesso e recuperação da infraestrutura e qualidade da educação no campo e quilombola em todas as etapas e modalidades.	No período de 2004 a 2010, foram construídas 135 salas de aula, em 53 municípios. Em novembro de 2012, por meio da Resolução SEB/CNE nº 08/2012, foram instituídas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola.
Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE CAMPO	O Programa visa o repasse de recursos financeiros para escolas em comunidades quilombolas, selecionadas pela Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação (SEB/MEC) para ser investido em ações de manutenção das instalações, aquisição de mobiliário escolar, entre outras atividades educativas e pedagógicas.	Em 2011, 246 escolas de área remanescente de quilombos receberam recursos da ordem de R\$ 12.000 cada
Construção de Novas Escolas Quilombolas	A iniciativa tem por objetivo ampliar a construção de novas escolas em comunidades quilombolas. O desafio para ampliação dessa ação é assegurar maior adesão dos governos estaduais e municipais. Para ter acesso a estes recursos, as Secretarias de Educação Municipais, Estaduais e do Distrito Federal devem apresentar as demandas por meio do PAR – Plano de Ações Articuladas.	Desde 2009, foram conveniados projetos para a construção de 75 novas escolas para atendimento nos territórios quilombolas. O valor total repassado pelo MEC aos proponentes é de R\$ 30,6 milhões.

PLANOS E PROGRAMAS	DESCRIÇÃO	RESULTADOS
Programa Nacional de Apoio à Inclusão Digital nas Comunidades - Telecentros. BR	A SEPPIR articulou a inclusão de comunidades tradicionais, principalmente quilombolas, no âmbito do Programa de Inclusão Digital.	Foram contempladas 74 comunidades tradicionais indicadas pela SEPPIR com kits telecentro para inclusão digital – computadores novos, impressoras, conexão de internet e mobiliário. Dessas 74 comunidades contempladas, 64 são remanescentes de quilombos.
Assistência Técnica e Extensão Rural Quilombola (Ater)	O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), a partir do serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural, busca estimular o desenvolvimento etnossustentável das comunidades quilombolas com apoio à produção diversificada, seu beneficiamento e comercialização, gestão do território, fortalecimento das formas de organização e conhecimentos tradicionais	Em 2011, o Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA contratou entidades para prestarem serviços de assistência técnica e extensão rural para atender 4.420 famílias quilombolas em situação de vulnerabilidade social. Em 2012, o MDA publicou a 2ª Chamada de ATER Quilombola para atender 4.500 famílias.
Programa de Aquisição de Alimentos – PAA	O objetivo do PAA é garantir o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às comunidades em situação de insegurança alimentar e nutricional. O programa conta com recursos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS e do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA.	Em 2012, foram comercializadas aproximadamente 3.553 toneladas de alimentos produzidos por comunidades quilombolas. Foram repassados às associações quilombolas que comercializaram seus produtos R\$ 7,4 milhões.
Programa Brasil Local – Economia Solidária	As ações de fomento ao desenvolvimento em comunidades quilombolas, que no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego (SENAES/MTE) são empreendidas pelo Programa Brasil Local, tem como objetivo estimular práticas produtivas sustentáveis a partir da lógica de produção já existente nas comunidades.	Entre 2010 e 2012, mais de R\$ 1,7 milhão foram investidos (divididos em 3 parcelas com contrapartidas das comunidades) destinados a mais de 7,5 mil famílias quilombolas.
Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos	O Programa atua segundo os pressupostos estabelecidos pela Resolução 53/144 da Assembleia Geral das Nações Unidas e pelo Decreto nº 6.044 de 2007, que instituiu as bases da Política Nacional de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos e tem como objetivo garantir a proteção de pessoas que estejam em situação de risco ou ameaça em decorrência de sua atuação na promoção ou defesa dos direitos humanos. É coordenado pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.	O Programa atualmente atende 391 defensores dos direitos humanos no Programa de Proteção. Destes 391, 74 defensores dos direitos humanos protegidos são quilombolas (18% do total).

PLANOS E PROGRAMAS	DESCRIÇÃO	RESULTADOS
Ação de Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Específicos	Esta ação visa atender famílias que estão em situação de insegurança alimentar e nutricional. A SEPPIR, por meio da Secretaria de Políticas para Comunidades Tradicionais, é a responsável pela indicação das famílias. Os povos tradicionais de matriz africana são contemplados pela política desde 2005.	Não foi possível identificar os resultados da Ação de Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Específicos para os Povos

Fonte: SEPPIR, (2014)

C POVOS TRADICIONAIS DE MATRIZ AFRICANA

De acordo com o Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, estes se definem como “*grupos que se organizam a partir de valores trazidos para o país por africanos, que possibilitou um contínuo civilizatório no Brasil, constituindo territórios próprios caracterizados pela vivência comunitária, pelo acolhimento e pela prestação de serviços à comunidade.*”

Na área de estudo, através dos resultados do projeto *Mapeamento de Terreiros*, elaborado em 2012 pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, do Governo Federal, foram identificados no município de São Luís, 203 terreiros oficiais de matriz africana. A FIGURA II.6.3.18.2 apresenta a distribuição dos povos tradicionais de Matriz Africana na região de São Luís.

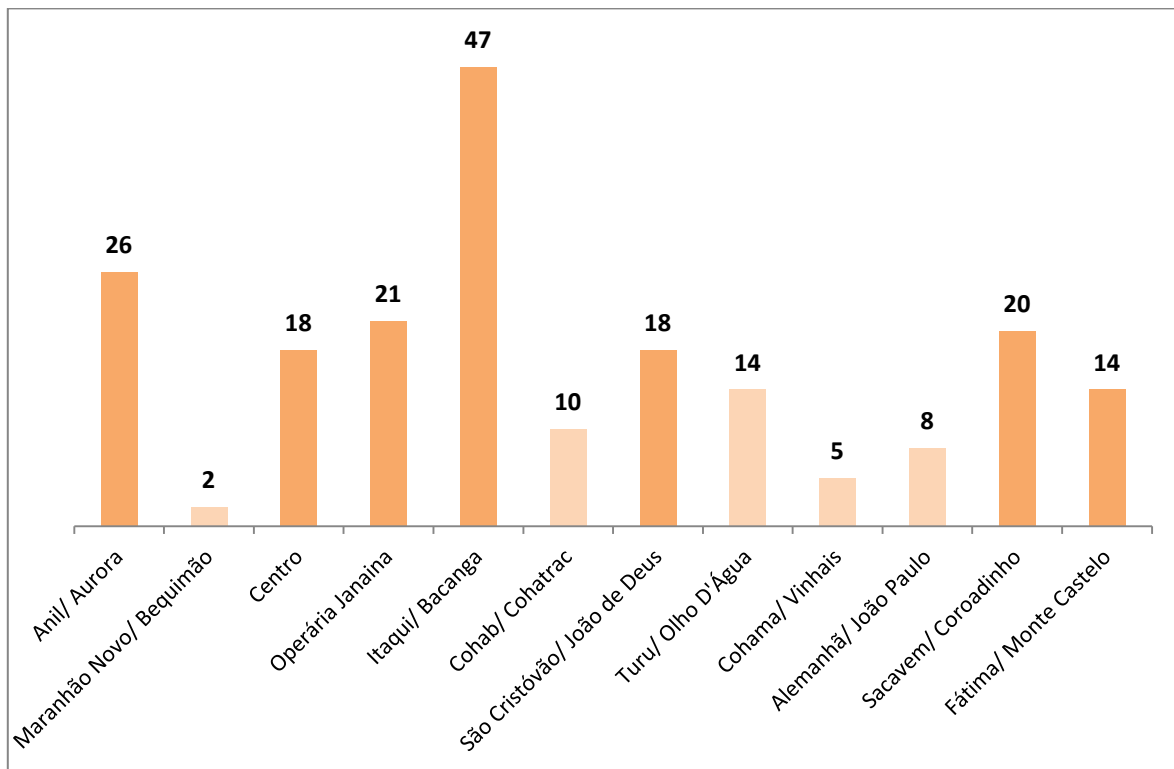


FIGURA II.6.3.18.2 – Distribuição das comunidades de matriz africana em São Luís

Fonte: SEPPIR (2012)

Embora o Governo federal tenha executado esforços para qualificar os povos e comunidades tradicionais de matriz africana como grupos especiais, ainda há poucas políticas públicas destinadas especificamente a eles.

Entretanto, a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do Governo Federal - SEPPIR, desde 2012, tem realizado mapeamentos socioeconômicos e culturais visando melhor conhecimento das necessidades dessas populações, para que, assim, seja possível a elaboração de políticas que atendam às reais demandas dos povos e comunidades tradicionais de matriz africana.

Do total de comunidades identificadas em São Luís, apenas 3% possuem participação em programas sociais, conforme FIGURA II.6.3.18.3.

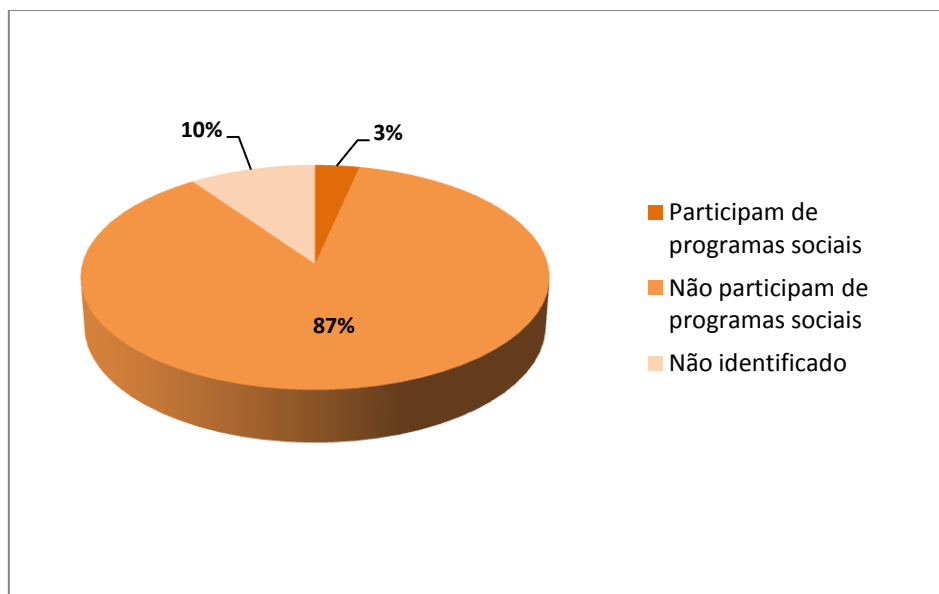


FIGURA II.6.3.18.3 – Participação em programas sociais pelas comunidades tradicionais de matriz africana de São Luís

Fonte: SEPPIR (2012)

A TABELA II.6.3.18.7 apresenta as iniciativas governamentais acessadas pelas populações tradicionais de matriz africana. Não foi possível identificar os resultados das duas políticas públicas voltadas aos Povos Tradicionais de Matriz Africana.

TABELA II.6.3.18.7 – Políticas públicas acessadas pelos povos tradicionais de matriz africana

PLANOS E PROGRAMAS	DESCRIÇÃO	RESULTADOS
Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana	O Plano, coordenado pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República, por meio da Secretaria de Políticas para Comunidades Tradicionais (SECOMT), é um instrumento de planejamento, implementação e monitoramento das políticas públicas prioritárias para	O 1º Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana foi lançado em fevereiro de 2013.

PLANOS E PROGRAMAS	DESCRIÇÃO	RESULTADOS
	os povos tradicionais de matriz africana a serem executadas com base no Plano Plurianual (PPA) 2012 - 2015.	
Programa Bolsa Família	Programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza. O benefício é emitido, preferencialmente, em nome da mulher chefe do arranjo familiar. O valor repassado depende do tamanho da família, da idade dos seus membros e de sua renda. Há benefícios específicos para famílias com crianças, jovens até 17 anos, gestantes e mães que amamentam.	Não foi possível identificar os resultados do Programa Bolsa Família para os Povos Tradicionais de Matriz Africana.
Ação de Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Específicos	Esta ação visa atender famílias que estão em situação de insegurança alimentar e nutricional. A SEPIIR, por meio da Secretaria de Políticas para Comunidades Tradicionais, é a responsável pela indicação das famílias. Os povos tradicionais de matriz africana são contemplados pela política desde 2005.	Não foi possível identificar os resultados da Ação de Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Específicos para os Povos

Fonte: SEPIIR (2014).

D POPULAÇÕES TRADICIONAIS COSTEIRAS

De acordo com os dados primários obtidos (AECOM, 2013; 2014 e 2015), é possível identificar inúmeras comunidades costeiras na área de estudo com tradicionalidade reconhecida, sejam estes pescadores, extrativistas ou ribeirinhos. A seguir são apresentadas as comunidades tradicionais costeiras identificadas na área de estudo de acordo com a atividade realizada. A tradicionalidade tem sido reconhecida também pela instituição de Reservas Extrativistas de Uso Sustentável (RESEX). Deste modo, também são indicadas as comunidades em que foram localizadas as Reservas Extrativistas. Destaca-se que a identificação das RESEX existentes na área de estudo é apresentada no Capítulo II.6.4 (Unidades de Conservação) deste diagnóstico. A distribuição espacial de cada uma das reservas extrativistas utilizadas por populações e comunidades tradicionais é apresentada no Mapa II.6.4.1, Anexo B, do referido capítulo.

A TABELA II.6.3.18.8 apresenta as populações tradicionais cuja organização e modos de vida estão vinculados à zona costeira da área de estudo, incluindo área marítima, mangues, rios e estuários. Destaca-se que os municípios de Imperatriz e Pinheiro, no Maranhão, embora façam parte da área de estudo, não são costeiros.

Destaca-se que a caracterização das comunidades identificadas para todos os municípios da área de estudo, bem como, a sua localização é apresentada de maneira detalhada no capítulo II.6.3.1. No que se refere a mariscagem, o Capítulo II.6.3.12 (Extrativismo) identifica as das atividades extrativistas realizadas na área de estudo.

TABELA II.6.3.18.8 – Populações tradicionais costeiras identificadas na área de estudo

UF	MUNICÍPIO	COMUNIDADE	ATIVIDADE REALIZADA	PRESENÇA DE RESEX
CE	Fortim	Praia do Canto da Barra, Pontal do Maceió, Praia da Barra.	Pesca Artesanal Aquicultura Extrativismo	Não
CE	Itarema	Guajiru, Porto do Barco, Centro, Almofala, Torrões	Pesca Artesanal Extrativismo Aquicultura	Não
CE	Acaraú	Barrinha, Aranaú, Curral Velho, Ilha dos Coqueiros, Espriado, Porto de Acaraú	Pesca Artesanal Extrativismo Aquicultura	Não
CE	Camocim	Maceió, Porto das Canoas, Tatajuba, Guariú	Pesca Artesanal Extrativismo Aquicultura	Não
PI	Parnaíba	Centro, Catanduva, Rosápolis	Pesca Artesanal Extrativismo Aquicultura	Não
PI	Luís Correia	Centro, Espriado, Arrombado, Macapá	Pesca Artesanal Extrativismo Aquicultura	Não
MA	Alcântara	Vista Alegre, Ponta da Areia, Canaveira, Canelatiua, São José de Cortes, Pacuri, Perizinho, Mamuna, Prainha, Manival, Castelo, Oitua, Croa, Esteio, Japeu.	Pesca Artesanal Extrativismo Aquicultura	Não
MA	Apicum-Açu	Cajual, Caruaru, Fazenda, Itererê, Itererezinho, Lagos, São Miguel, Sede, Cabeceiras, Boa Esperança, Itererê Grande, Nazaré dos Amados, Croinha, Ponta D'Areia, Lago, Turiana.	Pesca Artesanal Extrativismo	Não
MA	Axixá	Perijuçara, Ribeirão, Belém, Iguaperiba, Veneza, Sede, Veneza, Santa Rosa, Sapucaia, Ruy Vaz.	Pesca Artesanal Extrativismo	Não
MA	Bacabeira	Centro, Zé Pedro, Periz de Baixo.	Pesca Artesanal Aquicultura	Não
MA	Bacuri	Centro, Mandragoa, Domingos Pinto, São Paulo	Pesca Artesanal Extrativismo	Não
MA	Bacurituba	Centro, Chapada dos Barros, São Miguel, Enrilha, São Cristóvão, Moizinho, Jacaré, Furo da Mangueira, Cerejo, São Manoel, Ilha do Meio, Ponta de São João, Goiabal, Ilha do Carmo, Tucum, Prazeres, Chapada do Boqueirão, Santa Maria, Santa Maria II, Beira da Costa.	Pesca Artesanal Extrativismo Aquicultura	Não

UF	MUNICÍPIO	COMUNIDADE	ATIVIDADE REALIZADA	PRESENÇA DE RESEX
MA	Barreirinhas	Atins, Caburé, Bar da Hora, Mandacaru, Sede, Ponta do Mangue, Bar da Hora, Tapuio	Pesca Artesanal Extrativismo Aqüicultura	Não
MA	Bequimão	Centro, Ponta de Soares, Calhau, Santana, Santa Vitória, Balandro, Estiva, Paracatiua, Quindua de Cima, Quindua de Baixo, Jacarétiua, Pontal.	Pesca Artesanal Extrativismo Aqüicultura	Não
MA	Cajapió	Centro, Picada, Posto Seleção, Pedreiras, Estiva, Santama, Paracatiua, Pontal, Inglaterra	Pesca Artesanal Extrativismo Aqüicultura	Não
MA	Cândido Mendes	Carará Praia, Carará Mirim, Cajual, Mupeua, Santa Izabel, São José dos Portugueses, Estandarte, Barão de Tromai, Prainha, Sede, Santa Izabel.	Pesca Artesanal Extrativismo	Não
MA	Carutapera	São Pedro, Sede, Ilha do Fora, Livramento.	Pesca Artesanal Extrativismo Aqüicultura	Não
MA	Cedral	Canavial, São Bento, Porto de Baixo, Pericaua, Jacarequara. Engole, Outeiro, Parati, Alegre, Canavial, Sasoita.	Pesca Artesanal Extrativismo	Não
MA	Cururupu	Região das ilhas: Bate Verde, Lençóis, Valha-me Deus, Peru, São Lucas. Região continental: Aquiles Lisboa, Sede, Prainha, Maracujatiua, Tapera de Baixo, Cocal, Beiradão, Bate Vento, Porto Alegre, Palacete, Caçoeira, Mirinzal, Guajerutiua, Retiro, Carrapato, Ponta dos Almeida.	Pesca Artesanal Extrativismo	RESEX de Cururupu
MA	Godofredo Viana	Boa Vista, Japó, Praia do Meio, São Jorge, Ponta do Jardim, Aurizona, Bairro de Fátima, Peixinho, São José	Pesca Artesanal Extrativismo	Não
MA	Guimarães	Coroatá, Aruoca, Puçá, Carapira, Jenipaúba, Cumã, Porto Grande, Sede, Guarapiranga, Baiacu, Guajeretiua, Rosário, Camacal, São José, Camiceiras.	Pesca Artesanal Extrativismo	Não

UF	MUNICÍPIO	COMUNIDADE	ATIVIDADE REALIZADA	PRESENÇA DE RESEX
MA	Humberto de Campos	Ilha Grande, Ilha do Gato, Porto da Roça, Curralinho, Santa Clara, Rampa, Sede, Flexeira, Cedro, Farol de Santana, Açuí, Jurucutuoca, Porto da Roça, Carrapatal, Chibate.	Pesca Artesanal Extrativismo Aqüicultura	Não
MA	Icatu	Sertãozinho, Sede, Santa Maria, Baiacuir, Santo Antonio, Santa Isabel, Palmeiras, Itapera, Salgado, Itatuaba, Juçatuba, Jacarair, Ananaís, Retiro, Serraria, Mamuna.	Pesca Artesanal Extrativismo	Não
MA	Luis Domingues	Centro, Boa Vista de São João.	Pesca Artesanal Extrativismo	Não
MA	Paço do Lumiar	Cambique, Pedrinha, Iguaiba, Timbuba, Porto do Mojó, Mocajuba, Pau Deitado.	Pesca Artesanal Extrativismo Aqüicultura	Não
MA	Paulino Neves	Vista Alegre, Sede, Itapera, Praia do Tatu, Tingidor, Água Riquinha.	Pesca Artesanal Extrativismo Aqüicultura	Não
MA	Porto Rico do Maranhão	Remanso, Engenho do Lago, Sede, Rio Grande, Cateaua, Rabeca, Parnamirim, Oitua, Paquatua, São José de Cortes, Perizinho, Macacos, Esteio, Mamuna, Terra Mole, Manival, Ponta de Areia, Japeu, São Pedro, Itapual.	Pesca Artesanal Extrativismo	Não
MA	Primeira Cruz	Santaninha, Marizinho, Campo Novo, Caeté, Sede, Areinhas.	Pesca Artesanal Extrativismo Aqüicultura	Não
MA	Raposa	Araçagy, Porto do Braga, Cacarape	Pesca Artesanal Extrativismo Aqüicultura	Não
MA	Rosário	Centro, Miranda, São João do Rosário, São Simão, São Miguel, Santa Luzia, Itamirim, Providencia, Itaipu.	Pesca Artesanal Extrativismo Aqüicultura	Não
MA	Santo Amaro do Maranhão	Sede	Pesca Artesanal Extrativismo	Não
MA	São José do Ribamar	Gambarrinha, Sede, Boa Viagem, Guarapiranga.	Pesca Artesanal Extrativismo	Não

UF	MUNICÍPIO	COMUNIDADE	ATIVIDADE REALIZADA	PRESENÇA DE RESEX
MA	São Luís	Região Centro: Vila Nova, Camboa, Tamancão, Areinha, Porto da Vovó, Bairro de Fátima, Sá Vianna, Gapara. Região Sul: Cajueiro, Vila Maranhão, Tibiri, Tibirizinho, Tajaçoaba, Porto Grande, Vila Maracujá, Pedrinhas, Quebra Pote, Arraial, Vila Samara, Igarauá, Estiva.	Pesca Artesanal Extrativismo Aqüicultura	Não
MA	Turiaçu	Antonio Dino, São Francisco, Cristóvão, Santa Bárbara, Sede, Cunhã Cuema, Santo Antonio, Porto Santo, Mucuratiua, Mutuoca, Igarapé Grande, Miramar, Sababa, Areia Branca.	Pesca Artesanal Extrativismo	Não
MA	Tutóia	Arpoador, Seriema, Fazenda Velha, Tutóia Velha, Lagoinha, Comum, Sede, Porto de Areia, Bom Gosto, Barra do Ouro, Santa Rosa do Jardim, Cajazeiras	Pesca Artesanal Extrativismo Aqüicultura	Não
PA	Augusto Corrêa	Araí, Trapiche Municipal, Ilha das Pedras, Perimirim, Porto de Urumajó.	Pesca Artesanal Extrativismo Aqüicultura	RESEX Araí Peroba
PA	Bragança	Ajuruteua, Taperaçú, Bacuriteua, Vila do Treme.	Pesca Artesanal Extrativismo	RESEX Marinha de Caeté-Taperaçú
PA	Belém	Icoaraci, Outeiro, Mosqueiro, Jutuba, Tijuba. Ilhas: Ipiranga, Onças, Arapiranga, Combu, Cotijuba, Jutuba.	Pesca Artesanal Extrativismo Aqüicultura	Não
PA	Curuçá	Centro, Abade, Curuperé, Murajá, Beira-mar, Muriá, Cumeré, Arapiranga, Araquaim, Caratateua, Ponta de Ramos, Lauro Sodré, Simoa, Coqueiro, Pindorama, Tucumateua, Pacamorema, Praia do Areuá, Arrombado, Marinteua, Pedras Grandes, Iririteua, Mutucal, Algodal de Fora, Arapiranga de Fora, Pachico, Praia das Pontas, Valentim.	Pesca Artesanal Extrativismo	RESEX Mãe Grande de Curuçá
PA	Magalhães Barata	Centro, Algodalzinho, Arauá, Biteua, Boa Vista, Cafezal, Curuperé, Fazendinha, Herculino Bentes, Nova Brasília, Prainha, Santo Antônio, Canoa.	Pesca Artesanal Extrativismo	RESEX Marinha Cuinarana

UF	MUNICÍPIO	COMUNIDADE	ATIVIDADE REALIZADA	PRESENÇA DE RESEX
PA	Maracanã	Centro, Vila do Mota, Bom Jesus, 40 do Mocooca, Vila da Penha, Curuçazinho, Algodoal, São Tomé, Itacuruçá, São João, Tatueteua, Nazaré do Seco, Suá, Praia da Marieta, Martins Pinheiro.	Pesca Artesanal Extrativismo Aqüicultura	RESEX Maracanã
PA	Marapanim	Centro, Araticum-mirim, Bacuriteua, Camará, Crispim, Guarajubal, Ituaçu, Juçateua, Marudá, Porto Alegre, Recreio, Retiro, Sauá, Tamaruteua, Vista Alegre.	Pesca Artesanal Extrativismo	RESEX Marinha Mestre Lucindo
PA	Primavera	Centro, Porto Galpão, Bacabal, Laranjal, Vila das Telhas.	Pesca Artesanal Extrativismo	Não
PA	Quatipuru	Centro, Boa Vista, Tucundeua, Baunilha, Praia de Fora, Segredinho.	Pesca Artesanal Extrativismo	Não
PA	Salinópolis	Sede/Porto Grande, Caranazinho, Derrubadinho, Ponte do Atalaia, Portinho, Praia do Atalaia, Santo Antônio do Urindeua, São Bento, Vila de Cuiarana, Vila do Alto Pindorama, Vila de Coremas.	Pesca Artesanal Extrativismo Aqüicultura	Não
PA	Santarém Novo	Centro, Bacuriteua, Areal, Assentamento, Bom Jesus, Brasileiro, Cearense, Clemente, Faustina, Fortaleza, Pacajá, Pedrinha, Peri-Mirim, Pirateua, Santo Antônio.	Pesca Artesanal Extrativismo	RESEX Chocoaré- Mato Grosso
PA	São Caetano de Odivelas	Centro, Porto Cachoeira, Ponta do Bom Jesus, Monte Alegre, Boa Vista, São Miguel, São João de Ramos, Santa Maria da Barreta, Aê, Alto Camapu, Alto Pereru, Camapu-Miri, Espanha, Itapepoca, Mureré, Preru de Fátima, Vila Paraíso, Madeira.	Pesca Artesanal Extrativismo Aqüicultura	RESEX Marinha Mocapajuba
PA	São João da Ponta	Santana, Baunilha, Porto Grande, Santa Clara, São Francisco, Guarajuba, Deolandia.	Pesca Artesanal Extrativismo	RESEX São João da Ponta

UF	MUNICÍPIO	COMUNIDADE	ATIVIDADE REALIZADA	PRESEÇA DE RESEX
PA	São João de Pirabas	Centro, Boa Esperança, Boitento, Goiabal, Inajá, Japerica, Laranjal, Pariquis, Patauá, Santo Antônio	Pesca Artesanal Extrativismo Aquicultura	Não
PA	Soure	Centro, Vila do Pesqueiro, Cajuúna, Céu, Praia da Barra Velha, Turé, Cambé, Praia de Invereira, Camburupí, Araruna, Ponta Fina, Tucumanduba.	Pesca Artesanal Extrativismo	RESEX de Soure
PA	Tracuateua	Furo Novo, Porto Alemanha, Porto Salinas, Quatipuru Mirim, Sessenta.	Pesca Artesanal Extrativismo	RESEX Marinha de Tracuateua
PA	Vigia	Sede/Catuaba, Castanheira, Arapiranga, Jardim da Barreta, Bom Jardim da Barreta, Macapá da Barreta, Curuçazinha, Porto Sal, Itapoá, Guarajá, Itereua, Juarateua, Santa Luzia da Barreta, Jardim, Santa Maria do Guaritã, Tereua, Boa Vista.	Pesca Artesanal Extrativismo	Não
PA	Viseu	Apeu, Samaúma, Limondeua, Marataúna.	Pesca Artesanal Extrativismo	RESEX Gurupi-Piriá

Fonte: SEAP/IBAMA/PROZEE (2006); Levantamento de campo (2013/2014)

As populações tradicionais costeiras contam com políticas governamentais nas áreas de renda, fomento à atividade artesanal (como pesca e agricultura), educação e inclusão digital. Os órgãos federais implementadores dessas políticas são o Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério da Pesca e Aquicultura e Ministério da Educação. A TABELA II.6.3.18.9 apresenta as políticas públicas implementadas e acessadas atualmente pelas populações tradicionais costeiras da área de estudo.

É importante esclarecer que a apresentação de políticas públicas acessadas pelos povos e comunidades tradicionais, incluindo as comunidades pesqueiras artesanais é um levantamento não exaustivo das políticas previstas ou em execução para área de estudo, dada a indisponibilidade ou restrições de acesso às informações. Por este mesmo motivo, os resultados alcançados por estas políticas não contém o mesmo grau de detalhamento, não sendo possível a homogeneização da forma de apresentação.

TABELA II.6.3.18.9 – Políticas públicas acessadas por populações tradicionais costeiras

PLANOS E PROGRAMAS	DESCRIÇÃO	RESULTADOS
Programa Bolsa Família	Programa de transferência direta de renda do Governo Federal que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza. O benefício é emitido, preferencialmente, em nome da mulher chefe do arranjo familiar. O valor repassado depende do tamanho da família, da idade dos seus membros e de sua renda. Há benefícios específicos para famílias com crianças, jovens até 17 anos, gestantes e mães que amamentam.	Não foi possível identificar os resultados do Programa Bolsa Família para as Populações Tradicionais Costeiras.
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)	O Programa, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, visa o fortalecimento da agricultura familiar por meio de apoio técnico e financeiro para projetos, que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. O financiamento é feito com taxas mais baixas de juros e as menores taxas de inadimplência entre os sistemas de crédito do país, ou seja, linhas de créditos adequados a sua realidade. A execução possui a parceria dos governos estaduais e municipais, organizações governamentais e não governamentais de assistência técnica e extensão rural, cooperativas de crédito e de produção, agentes financeiros e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE).	Não foi possível identificar os resultados do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) para as Populações Tradicionais Costeiras.
Plano Safra da Pesca e Aquicultura	Sob responsabilidade do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), o Plano visa estimular o desenvolvimento do setor pesqueiro por meio de linhas de crédito para o aumento da produção, geração de emprego e renda, aprimoramento de técnicas de cultivo e manuseio, ampliação à assistência técnica, modernização de equipamentos e investimento em pesquisas para garantir mais estrutura à cadeia produtiva da pesca.	Não foi possível identificar os resultados do Plano Safra de Pesca e Aquicultura para as Populações Tradicionais Costeiras.

PLANOS E PROGRAMAS	DESCRIÇÃO	RESULTADOS
Programa Mulheres Mil	<p>O programa está inserido no conjunto de políticas públicas dedicadas à promoção da equidade entre gêneros, combate à violência contra mulher e acesso à educação. Integrado a essas prioridades, o Mulheres Mil tem como objetivo promover a formação profissional e tecnológica de mulheres em comunidades carentes. A meta é garantir o acesso à educação profissional e à elevação da escolaridade, de acordo com as necessidades educacionais de cada comunidade e a vocação econômica das regiões. Entre os projetos desenvolvidos, existe um específico para Marisqueiras. É o Projeto “Pescando a Cidadania”, onde as mulheres aprendem a transformar mariscos em artesanato.</p>	<p>Não foi possível identificar os resultados do Programa Mulheres Mil para as Populações Tradicionais Costeiras.</p>
Projeto de Inclusão Digital para Pescadores e Pescadoras Artesanais – Telecentro de Pescaré	<p>Os Telecentros de Pescaré tem como objetivo proporcionar à comunidade pesqueira o acesso às novas tecnologias e a democratização da comunicação, com o uso de novos métodos educativos. Os Telecentros são instalados com um kit de equipamentos de informática e multimídia, que permite a realização de reuniões com apresentações didáticas, implantação de cine clubes, registro da memória cultural da comunidade costeira, entre outras atividades.</p>	<p>Na área de estudo, cerca de 37.000 pessoas já foram beneficiadas com os Telecentros de Pesca implantados, segundo dados do Ministério do Planejamento (2008).</p>
Projeto Pescando Letras	<p>O projeto busca atender à necessidade de alfabetização de pescadores e aquicultores familiares, jovens e adultos, em uma perspectiva de educação continuada. Para tanto, o Pescando Letras integra-se ao Programa Brasil Alfabetizado, do Ministério da Educação, realizado nas escolas credenciadas pelo MEC. Em regiões mais distantes, o projeto é ministrado por vídeo-aulas através dos Telecentros de Pescaré.</p>	<p>Não foi possível identificar os resultados do Projeto Pescando Letras para as Populações Tradicionais Costeiras.</p>
PRONATEC Pesca e Aquicultura	<p>Projeto executado em parceria entre o Ministério da Pesca e Aquicultura e o Ministério da Educação. São desenvolvidos cursos de formação inicial e continuada para pescadores e aquicultores oferecendo formação técnica vinculada à cadeia produtiva do pescado. Os cursos são gratuitos e ministrados nas escolas públicas federais, estaduais e municipais, nas unidades de ensino do SENAI, SENAC, SENAR e SENAT.</p>	<p>Não foi possível identificar os resultados do PRONATEC Pesca e Aquicultura para as Populações Tradicionais Costeiras.</p>

PLANOS E PROGRAMAS	DESCRIÇÃO	RESULTADOS
Ação de Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Específicos	Esta ação visa atender famílias que estão em situação de insegurança alimentar e nutricional. A SEPPIR, por meio da Secretaria de Políticas para Comunidades Tradicionais, é a responsável pela indicação das famílias. Os povos tradicionais de matriz africana são contemplados pela política desde 2005.	Não foi possível identificar os resultados da Ação de Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Específicos para os Povos

Fonte: MPA (2014).

MAPA II.6.3.18.1 – Comunidades tradicionais na área de estudo

